



INFORMAÇÃO Nº 5/2019 - ACTIVIDADE MUNICIPAL e SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos do nº 2, alínea c), do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal “*apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (...)*”

Assim, damos cumprimento a este preceito legal, descrevendo, ainda que de forma sucinta, aquilo que de mais relevante se fez na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e que abrange 28 de Setembro de 2019 e 21 de dezembro de 2019

Cultura, Turismo e Desporto:

Percurso Pedestre Trilho da Ribeira de Rabo de Burro | 28 de Setembro | CCA



Este trilho com início em Soeima situa-se na encosta sul da Serra de Bornes. Ao percorrermos este caminho os pedestrianistas puderam apreciar uma fonte de mergulho, soutos de castanheiros e uma zona de moinhos de água que se situam na ribeira que dá o nome a este trilho. É um percurso linear com cerca de 5km que termina na aldeia de Gebelim. No final os participantes tiveram direito a um pequeno reforço oferecido pelo presidente de junta da União das freguesias de Gebelim e Soeima. Participaram neste percurso cerca de 20 pedestrianista.



Exposição Nove Meses de Inverno Três de Inferno | de João Pedro Marnoto | 1 de Outubro | CCA

Tomando partido numa expressão popular oriunda do Douro e Trás-os-Montes, o trabalho relata uma Viagem, num processo de procura e redenção pessoal. Refletindo sobre as gentes enraizadas na terra que lhes sustenta a fome e devotas na fé que lhes aponta aos céus, é uma abordagem sobre a contemporaneidade partindo de uma premissa e perspectiva do espaço rural.

Projeto em decurso desde 2006, e concluído com o apoio do Museu do Douro, é formado por uma série fotográfica, um filme e uma publicação. A exposição abriu portas a 1 de outubro e ficará patente até 12 de Janeiro de 2020, contando até ao presente com 225 visitantes.

Festa da Montanha Sambade/Alfândega da Fé | 1 a 3 de Novembro



Festa da Montanha, que teve lugar na aldeia de Sambade, nos dias 1, 2 e 3 de novembro, A edição deste ano trouxe uma Festa da Montanha maior e melhor, com mais expositores, com iniciativas para todos os gostos mas mantendo a aposta na autenticidade deste certame. A Festa da Montanha é uma montra para os nossos produtos de outono e inverno. A castanha é a rainha da festa e um produto de excelência cultivado nas localidades serranas do nosso concelho. Este certame é também uma forma de promover a castanha e para tal realizámos um seminário para debater os problemas que afetam os soutos e as formas de os resolver. Foi também realizado o 2º Concurso da Castanha que este ano contou com mais participantes a concurso.

Mas há também que referir os cogumelos, que se apanham na serra, os frutos secos, os queijos e enchidos, os azeites e tantos outros característicos da nossa região. Também reforçamos a aposta na gastronomia, com destaque para o cabrito serrano DOP; uma raça autóctone que importa promover, o javali, as sopas das segadas e outros pratos confeccionados à base dos nossos produtos de excelência, preconizados no projeto gastronómico Alfândega da Fé à Mesa. A edição deste ano contou com a presença de 22 expositores locais e regionais e dois restaurantes



Oficina de Cestos em Ecrinho | 2 de Novembro | CIT

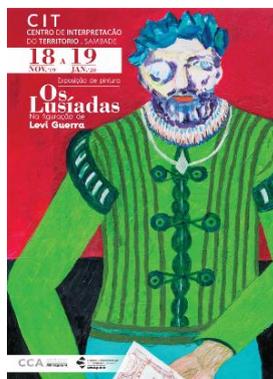
A cestaria é uma atividade artesanal oriunda de algumas aldeias da Terra Fria Transmontana, tendo sido em tempos um ofício bastante relacionado com o dia-a-dia das comunidades rurais. Na aldeia de Vilar Seco, concelho de Vimioso, Anibal Delgado e Rosa Delgado são os representantes deste legado que teimam em não deixar que se perca no tempo. Esta oficina pretende assim dar a conhecer esta arte do saber-fazer e sensibilizar cada vez mais o público para a preservação e valorização do património cultural e das suas gentes. Esta actividade, inserida no programa da Festa da Montanha, decorreu no dia 2 de novembro atraindo cerca de 21 novos "cesteiros".

Percurso Pedestre "Trilhar Concelhos" | 3 de Novembro | CCA



Mais uma iniciativa que teve como objetivo divulgar e dar a conhecer não só os trilhos de montanha mas todo o território dos dois concelhos, Alfândega e Macedo. Trilhar Concelhos é um projeto colaborativo que une os Municípios de Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros na promoção do território, através da prática de caminhadas. Realizada no dia 3 de novembro, inserida na Festa da Montanha em Sambade, contou com cerca de duas dezenas de participantes que trilharam o nosso território,

vindos de Torre de Moncorvo, Braga, Mirandela e claro Alfândega da Fé. No final do passeio e ara retemperar as forças foi oferecido um reforço a todos os participantes pelo presidente da junta de freguesia de Sambade.



Exposição “Os Lusíadas – Na figuração de Levi Guerra | 18 de Novembro | CIT

A ação central é a descoberta do caminho marítimo para a Índia (designação comum para a primeira viagem realizada da Europa à Índia pelo Oceano Atlântico, no reinado de D. Manuel I, entre 8 de julho de 1497 e 10 de julho de 1499), sob o comando do navegador português Vasco da Gama. Esta exposição de pintura do artista-médico Levi Guerra procura apresentar em dez quadros, tantos quantos os cantos da obra, a sua figuração pictórica desta joia da Literatura Portuguesa, para além da representação do próprio poeta.

A exposição poderá ser visitada até 19 de Janeiro 2020, no Centro de Interpretação do Território, em Sambade, até ao presente contou com 80 visitantes.



Encontros Improváveis: conversas a Fé | 24 de Novembro | CCA

A igreja Matriz foi o palco escolhido para os primeiros Encontros improváveis: conversa da Fé» que serviu para a celebração dos 75 anos da consagração do concelho de Alfândega da Fé ao Imaculado Coração de Maria. O incomum encontro entre figuras tão diferentes do panorama social com o mote da Fé tem tanto de incomum como de aliciante e inovador. Urge sagacidade num tempo de inoperância ôntica e de desvirtuação axiológica. A Fé tem, ainda, um papel de enorme relevo na formação de consciências mais cívicas, mais responsáveis e mais críticas. Evento que contou com casa cheia.

Teatro Pó | de Grupo Teatro Peripécia | 8 de Dezembro | CCA



Abordando a desertificação do nosso interior, do pó acumulado nas pedras das casas, nas telhas dos telhados caídos no chão. Foram representadas as impressões, sensações e canções das gentes da Serra da Padrela.

Uma peça, do Peripécia Teatro, que se inspira no pó que caiu sobre todas as promessas que ficaram dentro das gavetas dos presidentes, ministros e deputados. Contou com cerca de 30 espetadores.



Teatro “Os Músicos da Aldeia Natal” | de Filandorra Teatro do Nordeste | 16 de Dezembro | CCA

Os Músicos da Aldeia...Natal conta a história de quatro animais, o burro, o cão, o gato e o galo que velhos e cansados, decidem fugir dos seus donos (que os queriam matar) e partir para a cidade para integrarem a Fanfarra do Natal...

Neste espectáculo actores/contadores e público reflectem em conjunto sobre a velhice e a sua marginalidade, e celebram o valor da amizade e a importância de ter amigos... o melhor presente de Natal! Este espectáculo contou com casa cheia.

Visitas Guiadas

Nos meses de Setembro até ao presente, realizou-se 1 visita guiada á Torre do Relógio num total de 15 pessoas, ao grupo do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Divisão Administrativa e Financeira (DAF):

-Através do SIIAL – Sistema de Informação Integrado das Autarquias Locais (Portal Autárquico), a autarquia no âmbito dos deveres de informação, através da Divisão Administrativa e Financeira presta toda a informação à Direcção Geral das Autarquias Locais – DGAL;

- Apoio, esclarecimentos e envio de toda a informação e documentação, necessária e solicitada pelo Revisor Oficial de Conta, para elaboração do Relatório de Auditoria Externa, acompanhamento e monitorização da execução do 3º trimestre de 2019;

- No âmbito do Programa de Ajustamento Municipal, em vigor, foi elaborada e apresentada Proposta de Revisão ao PAM em conformidade com a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua versão actualizada conjugada com a Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro. Sendo que os principais motivos desta revisão prendem-se com a proposta de redução gradual dos impostos municipais, já a partir de 2020 (IRC, IRS, IMI, TMDF), bem como a redução de algumas despesas, prevendo-se nesta proposta a saída do excesso de endividamento em 2023, antecipando-se assim a saída que estava prevista para 2025. Que se remete para apreciação e discussão.

-Preparação da informação/proposta de acordo com o estipulado no art.º 18.º «Derrama» da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, para fixar as taxas de Derrama (IRC), percentagem a lançar para o ano de 2019 e liquidar no ano de 2020.

-Preparação da informação/proposta, de acordo com o estipulado no art.º 26.º «Participação variável no IRS» da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, para aprovação da participação variável no IRS proposta para o ano de 2019 a liquidar no ano de 2020;

-Preparação da informação/proposta de aplicação de Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – Proposta de percentual a aplicar em 2020;

-Preparar a informação/proposta para fixar as Taxas do Imposto Municipal Sobre Imoveis (IMI) Respeitantes ao ano de 2019 a Liquidar em 2020, previstas no artigo 112º do Código do Imposto sobre Imoveis (CIMI);

-- Relatório de atividades, orçamento e GOP's para o ano económico de 2020, no cumprimento do ordenamento legal em vigor, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias



Locais – POCAL, bem como as exigências derivadas da Lei das Finanças Locais, foi elaborado o relatório de atividades, orçamento e GOP's, que se remete para apreciação e discussão;

- Com a Aproximação do final do exercício de 2019 é necessário iniciar o trabalho contabilístico com vista ao apuramento dos resultados do exercício e da situação económico-financeira do município. Uma das peças fundamentais desse trabalho é o inspeção física (contagem), apuramento das diferenças entre a contagem física e os registos e valorização dos inventários em stock. Neste sentido a DAF diligenciou no sentido de todas as divisões e serviços prepararem as respetivas verificações.

- Continuação da implementação de um método e procedimento aprovado e incluído na "Qualidade", que permita efetuar um trabalho rigoroso no que se refere a Gestão de Stocks O "Procedimento de Inventario Físico" tem por objetivo estabelecer as normas para a realização do Inventario Físico utilizado para conferir as quantidades registadas contabilisticamente e validar com os resultados apurados na contagem física efetuada

A finalidade deste procedimento é determinar os passos/ tarefas básicas para a contagem de inventário É necessária a sua estrita leitura a fim de assegurar um levantamento correto e real;

- Apuramento do IVA dedutível, liquidado e a entregar ao Estado, preenchendo as respetivas declarações e envio mensal da declaração periódica de IVA cumprindo sempre com o prazo estabelecido até ao dia 10 de cada mês;

- Criação e comunicação à Autoridade Tributária do ficheiro soft-t (PT) até dia 25 de cada mês, gerado nas aplicações de Águas e POCAL referente às faturas emitidas no mês anterior;

- Envio mensal à Autoridade Tributária da Declaração Mensal de Remunerações Esta declaração, destina-se a declarar a totalidade dos rendimentos do trabalho dependente (categoria A) auferidos por sujeitos passivos residentes no território nacional, sujeitos a imposto, incluindo os rendimentos dispensados de retenção na fonte, bem como os rendimentos isentos e ainda os excluídos nos termos do art 2º e 12º do Código do IRS Devem ainda ser declaradas as retenções na fonte de IRS e de sobretaxa, as deduções de contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde com identificação fiscal das entidades destinatárias das mesmas, bem como as deduções de quotizações sindicais;

- Envio da declaração anual Modelo 10 – Esta declaração destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, isentos e não sujeitos, que não foram declarados na declaração mensal de remunerações (DMR), auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes no território nacional, bem como as respetivas retenções na fonte;

- Preenchimento e envio da declaração anual (IES – Informação Empresarial Simplificada) do município A Informação Empresarial Simplificada (IES), é um meio das empresas, por via eletrónica no Portal das Finanças, entregarem o relatório de contas anual, para efeitos de registo contabilístico, fiscal e estatístico, numa única declaração Os formulários para entrega da IES encontram-se disponíveis no Portal das Finanças;

- Preparação e preenchimento da informação sobre as participações Societárias e Não Societárias detidas pelo Município de Alfândega da Fé no sítio da internet: <http://www.wigfmin-financaspt/sipart/>;

-Recolha da legislação relacionada com cada processo, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Alfândega da Fé, pesquisando no Diário da República Eletrónico, quer a existente, quer a nova legislação que entretanto entrou em vigor Atualização da legislação na pasta de partilha EOQ; na sua Base de Dados da Legislação e na "Lista dos Requisitos Legais e Regulamentares", processo a processo, de acordo com as recolhas que forem ocorrendo;

-Disponibilização, para efeitos de incorporar na PDQ - Plataforma Digital da Plataforma os PDF's da legislação, organizando-os de acordo com os mesmos critérios de organização que já vigoram e sempre em concordância com o que estiver na "Lista dos Requisitos Legais e Regulamentares"



- Introduzir/atualização em cada processo na estrutura que compõe a Base de Dados da Legislação e na “Lista dos Requisitos Legais e Regulamentares, novos temas segundo a nova legislação publicada no Diário da República, enriquecendo assim todo este trabalho, que se assume como uma das peças fundamentais para um bom desenvolvimento das funções dos serviços municipais, como um todo e em particular contribui para o adequado e devido cumprimento legal na instrução dos processos municipais;

-Foi ainda, efetuada a divulgação junto dos trabalhadores dos documentos internos e das normas e procedimentos adotados pelos Serviços;

-Assegurar todo o serviço de reprografia necessário ao bom funcionamento da Câmara Municipal, bem como, envio e tratamento de todo o expediente relacionado com as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal e transcrição das respetivas atas;

-No âmbito do Índice de Transparência Municipal (ITM) mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus web sites, a Divisão Administrativa e Financeira, recolheu e disponibilizou toda a informação necessária e obrigatória, para manter o site do Município devidamente actualizado Toda a informação é enviada à responsável pela actualização regular do site;

-No âmbito da contratação pública relativa à locação ou aquisição de bens móveis e à aquisição de serviços, tal como aprovado pelo Código dos Contratos Públicos, a Divisão Administrativa e Financeira prepara e acompanha o procedimento em todas as fases do processo, até a sua execução;

-Inscrição e Registo de imóveis diversos e participação nos registos de Finanças e Conservatória do Registo Predial e elaboração de escrituras de compra e venda e constituição do direito de superfície de imóveis;

-À monitorização dos indicadores dos processos da Qualidade da Divisão Administrativa e Financeira;

-Apoio direto através dos serviços informáticos às Juntas de Freguesia e Escolas do concelho;

- No âmbito do recrutamento vários colaboradores da DAF fazem parte do Júri de vários procedimentos concursais comuns para a constituição jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, a decorrer neste município

-Apoio ao Gabinete de Candidaturas na preparação de processos para apresentação de projectos co-financiados e disponibilização de documentos para efeitos de organizar os pedidos de pagamento das candidaturas aprovadas e em execução

No âmbito da QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE:

- Apresentação de várias sugestões de melhora, a implementar as áreas de abrangência e da competência da DAF

Divisão de Obras (DO)

A Divisão de Obras, exerce funções nos domínios das obras públicas, empreitadas, manutenção e conservação de equipamentos, coordenação e fiscalização de trabalhos de construção civil, (quer por administração direta quer por empreitada, armazém), Higiene e Segurança no Trabalho, bem como na organização e de processos de concurso de obras públicas, informações e pareceres técnicos, incluindo a elaboração de cadernos de encargos, programas de concurso, abertura e análise de propostas e gestão técnica de procedimentos até à receção definitiva, bem como gestão da divisão.



Ao longo deste período foram cumpridas as competências exigidas e constantes na Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Alfândega da Fé.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão Administrativa e Financeira, na aquisição de bens e serviços relativos às obras por administração direta promovidas por este Município.

- Acompanhamento das Obras por Administração Direta promovidas pela Autarquia e constantes no Plano de Atividades.
- Elaboração de informações; fichas de controlo de qualidade da obra; controlo dos materiais e preenchimento de férias faltas e licenças dos funcionários.

- Limpeza de bermas e valetas, bem como manutenção de caminhos agrícolas em diversas freguesias no concelho;
- Calçetamento de ruas na sede do concelho e em várias freguesias;
- Limpeza urbana (**manutenção**);
- Reparações pontuais em betuminoso na sede do concelho e em várias freguesias;
- Reparações em diversos Edifícios Públicos (**manutenção**);

FSAH (Fundo Social de Apoio à Habitação)

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras - DO e Divisão Económica Social e Educação - DESE, no acompanhamento e apoio técnico dos processos envolvendo a elaboração de: relatório técnico; orçamentação, acompanhamento da execução da obra e medição dos trabalhos executados nas habitações dos munícipes, tendo sido feitas as intervenções achadas tecnicamente necessárias e adequadas, estando ainda alguns processos em análise.

OBRAS POR EMPREITADA:

Na gestão dos empreendimentos a seguir enumerados foram seguidos pela Divisão de Obras os procedimentos constantes na legislação em vigor, do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

CONCURSOS PÚBLICOS:

- Reabilitação Energética do Bairro Social Trás-de-Castelo em Alfândega da Fé – **em fase de relatório final de não adjudicação. Exclusão de todos os concorrentes.**
- Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé – Remodelação e Requalificação – 1ª Fase – **em curso - 2 autos de medição realizados.**
- Reabilitação e Reconstrução – Casa Arcebispo D. José de Moura – **em curso; abertura de propostas e em fase de elaboração relatório preliminar.**
- Apoio às candidaturas PROVER, PAMUS, POSEUR.

AJUSTES DIRETOS:

- “Felgueiras – Aldeia da Biosfera Pojeto de Reabilitação do Espaço Público Mobilidade e Acessibilidade para Todos – Fase 3, Trabalhos de Pavimentação e Diversos” – **em fase de apresentação de propostas.**

CONSULTA PRÉVIA:

- Implementação de um lago natural – no âmbito do projecto Life Climate Change Adaptation, – **em curso**
- Ampliação da Rede de Saneamento em Vilarelhos – SAR de Vilarelhos – **em curso**

RECEÇÕES DEFINITIVAS

Receções definitivas de diversas empreitadas ao abrigo do DL 59/99 de 02 de março, CCP e 190/2012 de 22 de Agosto: elaboração de informações, convocatória para vistorias e documentação adicional de suporte.



ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ASSUNTOS COM EDP COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO

Elaboração de novos contratos com a EDP, diversas solicitações à EDP para ampliação da rede pública, comunicação de avarias na iluminação pública, recolha e comunicação de leituras, vários contactos telefónicos com EDP Distribuição e Comercial e para o nosso Gestor na EDP Comercial para resolução de alguns problemas detetados, vários emails trocados com EDP Distribuição e Comercial e para o nosso Gestor na EDP Comercial para resolução de alguns problemas detetados, comunicação de leituras. Pedidos de vistoria para certificação de diversos locais para posterior pedido à EDP Comercial da passagem de contratos provisórios de obra para definitivos.

SETOR DE PROJETOS E APOIO TÉCNICO

- Apoio técnico, na disponibilização da documentação e projetos, às candidaturas em curso, referentes a empreitadas.

SETOR DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

- Ações de indução com os trabalhadores externos;
- Atualização das medidas de auto proteção;
- Atualização do mapa de riscos do Edifício dos Paços do Concelho;
- Colaboração na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como na escolha e manutenção de equipamentos de trabalho;
- Consulta dos representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho;
- Agendamento e acompanhamento de consultas de Medicina no Trabalho;
- Elaboração das participações obrigatórias em caso de acidentes de trabalho e/ou doença profissional;
- Verificação das condições de segurança em obras por administração direta e empreitadas;
- Elaboração de PSS – Plano de Segurança e Saúde em projeto;
- Validação técnica de PSS de empreitadas;
- Atualização da avaliação da conformidade legal
- Atualização de indicadores
- Atualização da matriz da avaliação de riscos

QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE

1. Reporte dos indicadores do quadrimestre.
2. Analisar as Observações / Oportunidades de Melhoria em sede de avaliação de riscos e oportunidades empreendida através do seu próprio Sistema de Gestão, de acordo com os requisitos da(s) Norma(s) de referência.
3. Manter informação documentada adequado que documente as análises realizadas e a implementação e a eficácia das ações empreendidas.
4. Está igualmente em curso a elaboração e revisão de novos processos, procedimentos, Impressos e Instruções de Trabalho, segundo as normas ISO 9001: 2015 (Qualidade), OHSAS 18001:2007 (Segurança) e ISO 14001:2012 (Ambiente).

Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA):

ChDUA (Chefia de Divisão):

Rui Martins Gonçalves (ruig)

> ATIVIDADES em Destaque na DUA:

- > Elaboração do Relatório Sintético do triénio da comissão de serviço do Chefe da DUA (dirigente intermédio de 2.º grau).
- > Elaboração do Plano de Atividades da DUA para o biénio 2019/2020 (22 atividades).



- > Elaboração do QUAR da DUA e dos objetivos do Chefe da DUA no SIADAP 2019/2020 (5 objetivos).
- > Elaboração dos objetivos individuais e partilhados de todos os trabalhadores da DUA no SIADAP 2019/2020.
- > Revisão do organograma (setores, secções e serviços) e das competências da DUA.
- > Revisão do Mapa de Pessoal da DUA para 2020.
- > **Período de transição** para a autonomização do Setor de Águas e Saneamento (que sairá da DUA em janeiro 2020), com reuniões semanais entre o Chefe da DUA e o coordenador do SAS.
- > **Período de preparação** para acolher na DUA os novos serviços de Espaços Verdes, Limpeza Urbana e Planeamento Urbano (gestão do espaço público):
 - > reuniões semanais entre o Chefe da DUA e as 2 técnicas superiores de educação ambiental;
 - > auscultação dos trabalhadores e desenvolvimento da “árvore de problemas” destes serviços;
 - > elaboração do manual de gestão e manutenção dos espaços verdes e limpeza urbana;
 - > caracterização dos recursos humanos, materiais e financeiros;
 - > desenvolvimento das bases para o “Planeamento Semanal” dos serviços;
 - > desenvolvimento das bases para o “Relatório Semanal” dos serviços;
 - > elaboração do “Plano de Ação para a Melhoria dos Serviços de espaços verdes e limpeza urbana”.
- > Passam a realizar-se reuniões semanais ou quinzenais entre o Chefe da DUA e a técnica superior de ambiente (para realinhamento e otimização do serviço do Setor de Ambiente).
- > Passam a realizar-se reuniões semanais ou quinzenais entre o Chefe da DUA e os técnicos superiores de SIG (para realinhamento do serviço do ordenamento do território).
- > Integração de trabalhadora na DUA (em mobilidade do Gabinete de Proteção Civil): Carina Figueiredo.
- > Reintegração de trabalhador na DUA a tempo parcial (acumula no Gabinete de Apoio ao Executivo): Luís Azevedo.

SOTRU (Setor de Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + António Constâncio (**antonioc**) + João Mesquita (**joaom**) + Carina Figueiredo (**carinaf**) + Fernando Antunes (**fantunes**)

> Principais ATIVIDADES:

- > PLANEAMENTO (ordenamento do território / planos)
 - > **2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé** (coordenação da prestação de serviços contratada e apoio através do fornecimento de dados para a elaboração do “Relatório do Estado do Ordenamento do Território”, elaboração dos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico”, elaboração da “Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial”; contactos com a DGT e AMTQT para contratação dos serviços de produção de nova cartografia de base do concelho de Alfândega da Fé)
- > PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / SIG / etc.)
 - > **Levantamento das Atividades Económicas do Concelho** (formação intensiva em SIG / criação da base de dados / início da recolha de informação administrativa)
 - > SIG: “Cartas Temáticas” (solicitações da DUA e da Casa da Cultura)
- > Ações no TERRITÓRIO (implementação de ações no terreno / monitorização / fiscalização / etc.)
 - > **BUPI** (deslocações ao terreno para identificar e georreferenciar terrenos / apoio aos particulares)
- > DESENHO URBANO e REABILITAÇÃO URBANA:
 - > “**IERRU**” (Arq. Fernando Antunes: ponto focal municipal no âmbito do Instrumento Financeiro para a Regeneração e Reabilitação Urbana)
 - > Projeto “Cidades e Vilas de Excelência”

SA (Setor de Ambiente):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Carina Teixeira (**carinat**) + Margarida Fonseca (**mfonseca**), Ana Araújo (**araujo**)



> Principais ATIVIDADES:

- > PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / etc.)
 - > Revisão do “Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos”
 - > Coordenação do programa “LIFE Adaptate”
 - > Otimização do Processo “PO.06 – Ambiente” no “Sistema da Qualidade” (Norma ISO 9001) — a iniciar
 - > Otimização do “Sistema de Gestão Ambiental” (Norma ISO 14001) — a iniciar
 - > Candidatura “ECOXXI - 2020” — a iniciar
- > Ações no TERRITÓRIO / AMBIENTE (monitorização / fiscalização / regularizações / etc.):
 - > “Relatório de Monitorização – Gestão Ambiental”
 - > “Resíduos Sólidos Urbanos” (coordenação e fiscalização)
 - > “Queixas de Insalubridade” (vistorias e reporte)
- > EDUCAÇÃO Ambiental no concelho (sensibilização / atividades do Plano Municipal de Educação Ambiental).

SGU (Setor de Gestão Urbanística):

Rui Martins Gonçalves (ruig) + Eusébio Cordeiro (eusebioc) + Cátia Escalera (catia)

> Principais ATIVIDADES:

- > Implementação da “Ficha de Controlo de Prazos do RJUE”
- > Implementação do “Arquivo Digital Único do RJUE”
- > Balcão do Empreendedor (BdE): Frontoffice (atendimento mediado) do SIR e RJACSR + backoffice do SIR e RJACSR
- > “Serviços on-line do Urbanismo” — serviço disponibilizado no site do município (1.º serviço municipal que permite a entrega de pedidos on-line)
- > “Plano de Ação para a Desmaterialização do Serviço de Urbanismo” — a retomar brevemente
- > “Definir a situação administrativa dos processos caducados” — a iniciar
- > “Criar uma base de dados de condicionalismo” — a iniciar

> **Indicador: “Taxa de Pedidos com resposta dentro do prazo”**

- > Relação entre o número total de pedidos no âmbito do RJUE e o número das respetivas decisões efetuadas no prazo legal

	Pedidos / Respostas									
	N.º (total de pedidos)	N.º (total fora prazo)	% (dentro do prazo)	N.º (apreciação liminar) C + F	N.º (proc.'s complementares) C + F	N.º (apreciação técnica) C + F	N.º (emissão alvarás) C + F	N.º (certidões e declarações) C + F	N.º (outros pedidos do RJUE) C + F	N.º (RI / CIT) C + F
2.º Quadrim. 2019	119	0	100	4 + 0	2 + 0	29 + 0	10 + 0	32 + 0	17 + 0	25 + 0

(C) Cumpre prazo
(F) Falha prazo

> **Indicador: “Taxa Global do Prazo Legal consumido para decisão dos pedidos”**

- > Relação entre o número total de dias previstos no RJUE para cada tipo de pedido e o número total de dias consumidos para proferir as respetivas decisões

	Prazo de Decisão dos Pedidos																	
	TOTAL de Pedidos			Apreciação LIMINAR			PROC. COMPLEMENTARES			Apreciação TÉCNICA			EMISSÃO ALVARÁS			Certidões e Declarações		
	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo
2.º Quadrim. 2019	893	2684	33,3	29	32	90,6	13	36	36,1	402	960	41,9	11	300	3,7	128	612	20,9

(PC) Prazo Consumido
(PL) Prazo Legal



SFM (Setor de Fiscalização Municipal):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Telmo Herdeiro (**telmo**) + Bruno Pousada (**brunop**) + Luís Azevedo (**luis**)

> Principais ATIVIDADES:

- > Fiscalização regular do Concelho (2 zonas de fiscalização): norte/poente (**telmo**) e sul/nascente (**brunop**)
- > Elaboração de “Registos de Isenção” para obras de escassa relevância urbanística
- > Fiscalização de Obras com controlo prévio (inspeções preliminares, iniciais, de obra e finais)
- > Regularizações / Legalizações urbanísticas (obras ilegais, situações de litígio, ocupação de via pública, etc.)
- > Planeamento Mensal do Serviço de Fiscalização Urbanística — a retomar brevemente
- > Reporte periódico (mensal) dos Relatórios de Atividades da Fiscalização — a retomar brevemente
- > Reporte do “Relatório de Monitorização do Serviço de Fiscalização Urbanística” — suspenso

SAS (Setor de Águas e Saneamento):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Nuno Jacinto (**nunojac**) + Daniela Ferradosa (**daniela**) + João Mesquita (**joaom**) + Neusa Macedo + Cristina Aires (**caires**) + Mário Cancela + Andreia Amaro + operários (Luís Rodrigues, Horácio Castilho, Francisco Vilares, João Paulo Pereira, Eduardo Joaquim Alves, Norberto Pousada, Jorge Correia, José Luciano Fernandes) + cobradores (Rui Araújo, Sandro Macedo, João Pedro Morais) + Zeferino Ferreira (**zeferino**)

> Principais ATIVIDADES:

- > **“Contabilidade de custos no SAS”** (adoção de um conjunto de medidas internas para operacionalizar a contabilidade analítica, alterando impressos, designando responsáveis pela gestão e contagens de stocks, designando responsável pela operacionalização administrativa nas aplicação medidata, reunindo e proporcionando formação aos operários externos) — em curso
- > **“Balcão Móvel”** (disponibilização de serviços de proximidade: serviços da AMA + serviços municipais) — organização / formação dos recursos humanos, definição dos roteiros, aquisição de hardware para operacionalizar software para leituras eletrónicas, integrando com Medidata, etc.) — em curso
- > **“Modernização do Atendimento das Águas”** (definição do Programa de Ação com objetivos, tarefas, responsáveis, prazos): pagamentos por referência multibanco; eliminação das cobranças ao domicílio; emissão de faturas eletrónicas e envio por e-mail; apuramento de consumos por estimativa (bimensalmente), intercalados por leituras reais; disponibilização de serviços de proximidade, através do “Balcão Móvel”) — em curso
- > **Serviços para a própria entidade considerados relevantes:** Finalização da ligação da rede de abastecimento de água à nova conduta proveniente da ETA de Sambade em Ferradosa; Manutenção preventiva da zona envolvente à ETAR e coletor de águas residuais em Saldonha; Manutenção Corretiva da estação elevatória de SAR do Vale do Abade; ligação de AA e AR do edifício dos GIPS; Reparação de avarias na rede de AA em Valepereiro; Execução de obras de melhoramento no reservatório de Santa Justa – Impermeabilização com tela e substituição de válvulas de seccionamento e descarga de fundo; Manutenção corretiva nas ETAR’s de Cabreira, Soeima, Ferradosa, Parada e Cerejais – Entidade externa; Apoio na remodelação da rede de incêndio no Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé.
- > **Seccionamento da Rede de Abastecimento de Água da Vila** — Eliminação do reservatório dos palheiros.
- > **“Plano de Ação do Serviço de Águas e Saneamento”** — em implementação
- > **“Plano de Combate ao Desperdício nos Sistemas de AA”** — em implementação



> **Abastecimento de Água e Saneamento — gestão das redes (em baixa):**

- > Monitorização semanal dos valores dos caudais e volumes de água nos reservatórios, alertando para os desvios
- > Monitorização dos pedidos/requerimentos, dos serviços e dos prazos associados — **Relatório Semanal**

> **Abastecimento de Água e Saneamento — operacionalização das redes (em baixa):**

- > Atendimento aos munícipes e registo na aplicação “AGU”
- > Instruções de Serviço para execução pelos canalizadores (colocação/remoção/mudança de local de contador, ramais domiciliários, reparação de anomalias, reparações na rede, etc.)
- > Informação técnica sobre os pedidos de ramal domiciliário e outros pedidos
- > Gestão operacional dos canalizadores e distribuição do serviço — **Planeamento Semanal**
- > Apoio técnico aos canalizadores

	Tempo Médio de Resposta aos Pedidos																	
	TOTAL			NOVO Contrato (colocar contador)			DENÚNCIA Contrato (retirar contador)			ANOMALIAS			MUDANÇA de LOCAL do Contador			RAMAIS (água / saneamento)		
	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR
(1.º Quadrimestre)	153	4,2	9,1	12	2	5	30	3	6	83	3	5	13	13	21	15	7	31
(2.º Quadrimestre)	119	4,6	8,7	17	2	5	19	3	7	59	5	6	9	6	13	15	7	23
(3.º Quadrimestre)*	93	4,5	6,7	7	1	3	16	2	5	52	4	5	5	10	11	13	9	16
TOTAL – Ano 2019	365	4,4	8,4	36	2	5	65	3	6	194	4	5	27	10	16	43	8	24

(N.º) Quantidade de Pedidos resolvidos (número)

(TME) Tempo Médio de Execução (dias úteis)

(TMR) Tempo Médio de Resposta (dias úteis)

* a decorrer

> **Abastecimento de Água — Tratamento / ERSAR:**

- > Gestão e manutenção dos Reservatórios de Água (controlo da qualidade da água) — **Planeamento Mensal**
- > Plano de Controlo da Qualidade da Água / Relacionamento com a ERSAR / Relacionamento com a ULS
- > Indicadores de Qualidade do Serviço (AA) – reporte à ERSAR

> **Abastecimento de Água (Reservatórios) + Saneamento (ETAR's):**

- > Gestão e manutenção das ETAR's compactas do município (controlo operacional) — **Planeamento Mensal**
- > Indicadores de Qualidade do Serviço (AR) – reporte à ERSAR
- > Relacionamento com a APA-ARHN / resultados das análises das águas residuais

> **Rede de Rega da Estevainha:**

- > Apoio (através de protocolo) à Associação de Regantes de Alfândega da Fé: serviço de canalizadores

Divisão Económico, Social e Educação (DESE):

Gabinete de Apoio ao Consumidor

Plano Nacional de Formação Financeira – Todos Contam

Nos dias 30 e 31 de outubro, os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), associaram-se pela primeira vez às comemorações da Semana da Formação financeira, dinamizando diversas iniciativas de sensibilização da população para a importância da formação financeira.

As iniciativas desenvolvidas pelas autarquias da CIM-TTM foram inseridas no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em junho passado entre estes municípios, o CNSF e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), que visa implementar o Protocolo de Cooperação celebrado em 2017 entre o CNSF e a CCDR-N). Um protocolo que tem como objetivo promover a formação financeira da população da região Norte através das autarquias locais.

Em Alfândega da Fé, a ação de sensibilização “Planeamento e gestão do orçamento familiar, Serviços Mínimos Bancários e Apoio ao sobre-endividamento” realizou-se no dia 31 de outubro, pelas 14h30, no Auditório da Biblioteca Municipal, dirigida a todos os Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

As atividades foram acompanhadas pela Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte e pela Comissão de Coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira.

DECO presta atendimento nas instalações da Câmara Municipal de Alfândega da Fé



Nos dias 8 e 11 de outubro, técnicos do Gabinete de Apoio ao Consumidor do Município de Alfândega da Fé e técnicos da DECO, dinamizaram visitas pelas aldeias disponibilizando informação às populações, conjuntamente com a GNR.

A DECO, no âmbito da campanha SOS Consumidor, juntou-se ao Município de Alfândega da Fé e à GNR, com o propósito de alertar os consumidores, particularmente os idosos, para os cuidados a ter nas abordagens porta-a-porta, que visam a venda de bens e serviços e para os falsos rastreios médicos.

No mês em que se assinala o Dia Internacional das Pessoas Idosas, o objetivo da atividade foi capacitar a população mais velha para a adoção de comportamentos de segurança, que lhes possibilitem reduzir o risco de se tornarem vítimas de crimes, nomeadamente burlas e vendas agressivas. Durante a ação foi entregue o Kit SOS Consumidor com materiais informativos sobre prevenção de burlas e os cuidados a ter com a celebração de contratos.

A iniciativa decorreu nas aldeias de Castelo, Valverde, Vales e Vilarelhos no âmbito do protocolo de colaboração entre o Município de Alfândega da Fé e a DECO.

CPCJ

Dia Internacional dos Direitos da Criança

Em 20 de Novembro de 1989, as Nações Unidas adotaram por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que Portugal ratificou em 21 de setembro de 1990. A CDC não é apenas uma declaração de princípios gerais, mas antes um documento que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, representando um vínculo jurídico para a promoção e proteção eficaz dos direitos e liberdades nela consagrados.

A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais que estão relacionados com todos os outros direitos das crianças:

NÃO DISCRIMINAÇÃO

Todos os direitos se aplicam a todas as crianças sem exceção. O Estado tem obrigação de proteger a criança contra todas as formas de discriminação e de tomar medidas positivas para promover os seus direitos.

INTERESSE SUPERIOR

Todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse superior. O Estado deve garantir à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela não tenham capacidade para o fazer.

PARTICIPAÇÃO

A criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração. Tem o direito de exprimir os seus pontos de vista, obter informações, dar a conhecer ideias sem considerações de fronteiras. (artigos 12.º e 13.º da CDC);

SOBREVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO



As medidas que tomam os Estados-membros para preservar a vida e a qualidade de vida das crianças devem garantir um desenvolvimento com harmonia nos aspetos físico, espiritual, psicológico, moral e social, considerando as suas aptidões e talentos.

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens associa-se, empenhadamente, ao esforço de amplificação da mensagem que a Convenção dos Direitos da Criança corporiza e propõe a adesão de todas as instituições públicas e particulares, entidades com competência em matéria de infância e juventude e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens à CAMPANHA NACIONAL “ESTENDAL DOS DIREITOS”.

A Campanha Nacional “Estendal dos Direitos” pretende envolver organizações e cidadãos/ãs, através da exposição de mensagens sobre os Direitos da Criança no espaço público, procurando assim:

Aumentar a consciência pública acerca da Convenção sobre os Direitos da Criança

Aumentar a consciência das crianças e jovens sobre os seus direitos

Facilitar a integração plena das crianças e jovens no processo de desenvolvimento dos seus direitos.



A CPCJ de Alfândega da Fé aliou-se mais um ano a esta iniciativa e no dia 20 de Novembro fez o seu estendal no auditório da casa da cultura Mestre José Rodrigues, com T-Shirts pintadas com o tema “Direitos da criança” pelas crianças do pré-escolar e 1º ciclo do nosso concelho.

Evento “O Poder da Colaboração”



2019 foi o Ano Nacional da Colaboração e tendo o Município de Alfândega da Fé aderido às iniciativas do Fórum para a Governação Integrada recebeu no dia 10 de outubro o 11º evento de “O Poder da Colaboração”. Foi um ciclo de eventos que decorreram em todo o país, com o patrocínio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o alto patrocínio do Presidente da República. O objectivo foi mobilizar e inspirar a sociedade portuguesa, através dos/das cidadãos/ãs e das instituições, para a relevância estratégica da colaboração, quer como forma de resolução de problemas, quer de otimização dos recursos disponíveis.

O Auditório da Casa da Cultura recebeu meia centena de participantes para ouvir e partilhar experiências na área da colaboração. Foram apresentados cinco projetos que se distinguem pelo seu carácter colaborativo. O projeto local “GIAV – Combate à Violência de Género”, desenvolvido pela Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé; o programa de intervenção no âmbito da violência nas relações interpessoais, também conhecido como “Violentómetro” e que surgiu na UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; o projeto “Dar e Receber” da EAPN Portugal (Núcleo de Bragança); o projeto de actividade física regular para idosos, desenvolvido pelo IPB – Instituto Politécnico de Bragança, designado “+Idade +Saúde” e o projeto “Adélia”, da Comissão Nacional dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

Durante a sessão foi dada a oportunidade à audiência de apresentar uma ideia ou projeto colaborativo. Momento que foi aproveitado pela Associação Leque para apresentar o seu projeto “Arrecadar para ajudar” que recebeu recentemente o prémio BPI La Caixa Solidário.

Alfândega da Fé foi o único município do distrito de Bragança a aderir à iniciativa.

Seminário: “Sucesso Educativo: Escola, Comunidade e Família”



No dia 20 novembro 2019 decorreu no Auditório da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues em Alfândega da Fé, durante todo o dia, o **Seminário intitulado: “Sucesso Educativo – Escola, Comunidade e Família”**, que teve como objetivo primordial promover a partilha de saberes e boas práticas na área da Educação provocando impacto positivo no sucesso educativo dos nossos alunos.

Este evento surgiu no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) e foi organizado pela Equipa Multidisciplinar de Alfândega da Fé. Esta ação foi dirigida a profissionais das áreas da Educação, Saúde, Serviço Social, a pais / encarregados de educação e à comunidade em geral e contou com a presença de

125 participantes.

Foram abordados vários temas de extrema importância para o sucesso escolar dos nossos alunos, pela voz de nomes conceituados, tais como:

“Parentalidade Positiva e Consciente: Educar com Amor e Presença” - Sónia Araújo;

“Brincar é precioso – Uso saudável das novas tecnologias”- Carlos Neto;

“Escola Sem conflitos - Parcerias com os Pais”- Jorge Rio Cardoso;

“Educação: Território de Convergências”- José Fateixa;

“Para além da Escola” - Paulo Louro;

“Variáveis Psicológicas Influentes no Desempenho Académico” - Íris Oliveira.

O projeto PIICIE é um programa de combate ao insucesso e abandono escolar, que se insere numa estratégia nacional de promoção do sucesso escolar e que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes concretizou com candidaturas ao Portugal 2020. O projeto está a ser implementado por uma equipa multidisciplinar que atua nas áreas da educação social, da saúde, da psicologia e da sociologia.

“Café Memória – Faz-se à estrada” Alfândega da Fé



A sessão itinerante de Alfândega da Fé realizou-se no dia 27 de novembro, na Biblioteca Municipal e contou com a presença de 25 participantes, esta ação teve o apoio do Município alfundeguense e da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

Esta iniciativa consiste na aplicação inovadora de um modelo assente na itinerância, já usado em outros contextos e épocas, para ir ao encontro de comunidades que vivem fora dos grandes centros urbanos. Pretende-se chegar a estas populações para as informar e sensibilizar sobre as demências, de forma descontraída e informal.

O Café Memória foi lançado em 2013 e consiste numa intervenção comunitária na área das demências. Conta atualmente com 22 locais de encontro em todo o país e com o contributo de mais de 60 entidades parceiras, a nível nacional e local. Destina-se a pessoas com problemas de memória ou demência, bem como aos seus familiares e cuidadores, e concretiza-se com a criação de locais de encontro para partilha de informação, experiências e suporte mútuo, com o acompanhamento de profissionais de saúde ou ação social e voluntários.



Gabinete de Comunicação e Divulgação:

Atendendo às competências atribuídas ao Gabinete de Comunicação e Divulgação, somos a apresentar os seguintes dados referentes ao período compreendido entre 19 de setembro e 13 de dezembro de 2019:

N.º de Clippings enviados: 5

N.º Newsletters enviadas: 4

N.º de Notas de Imprensa enviadas à Comunicação Social: 16

N.º de Notícias que saíram na Comunicação Social: 144

Notícias na Comunicação Social:

Televisão	Rádio	Jornal/Revista (edições impressas)	Página Web
17	14	38	75



Gabinete de Informática:

- Conceção, monitorização e acompanhamento dos indicadores do Gabinete de Informática;
- Coordenar e definir as regras de resolução das solicitações e prestação de todo e qualquer apoio na área da informática;
- Coordenação e acompanhamento da Instalação e reinstalação de todo o software autorizado e licenciado para o Município de Alfândega da Fé;
- Instalação da Versão 143 do SigmaGest;
- Instalação do procedimento para renovação automática do licenciamento das aplicações SIGMA, que será de 2 Anos, até 30 de Novembro de 2021;
- Deslocação de 4 dias, de um técnico da Medidata para dar Formação aos funcionários e actualização da aplicação de RH, na deslocação à CM Alfândega da Fé, foram efectuados os seguintes procedimentos:
 - formação geral na aplicação;
 - formação e configuração de mapas SIIAL;
 - actualização de ficheiros para geração da Declaração Mensal de Remunerações;
 - contacto com DIMEP para elaborarem layout para exportação de ficheiro da assiduidade a ser importado no Sigma PES;
 - actualização do Sigmadocweb para a versão 3140;
 - actualização do MedidataMail para a versão 2016;
- No âmbito do CTA (POCAL) – instalação/actualização do MÓDULO DE FATURAÇÃO ELETRÓNICA V 500;
- Ainda no âmbito do CTA foram efectuados os procedimentos de actualização de CTA (POCAL) para a versão 600, a versão 600 de CTA (POCAL) apresenta-se como uma versão principal, com a finalidade de consolidar e disponibilizar todos os trabalhos implementados, quer numa perspectiva corretiva como evolutiva, além de ser crucial e requisito para os procedimentos de final de ano e transição para SNC-AP;
- A actualização da versão 144 do SigmaGest, uma vez que é necessário para a instalação dos procedimentos de final de ano, assim como novas versões de várias aplicações que necessitam desta versão, instalado sobre o SigmaGest19 e sobre o SigmaGest20;
- Criação da base de dados de APROVISIONAMENTO para 2020;
- Na sequência dos trabalhos realizados no âmbito da implementação do SNC-AP, actualização do ambiente de trabalho SIGMA SNC-AP para Versão 106, actualização do ambiente de trabalho SIGMA SNC-AP com a finalidade de munir o ERP à desagregação das contas do plano da geral com maior profundidade (detalhe);
- Na sequência da intervenção presencial de um Técnico da Medidata, no âmbito da implementação do SNC-AP, ocorrida nos dias 12 e 13 de Dezembro foram efetuados os seguintes trabalhos:
 - Na aplicação de SNCAP_CONF validar se está o plano de contas oficial;
 - Na aplicação de SNCAP_CONF efetuar as validações do plano de contas;
 - Validar equivalências;
 - Identificar as contas de operações de tesouraria;
 - Configuração dos caminhos das aplicações;
 - Importar documentos;
 - Importação de configurações;
 - Preencher fontes de financiamento;
 - Executar equivalências da geral;
 - Identificar rubricas orçamentais nas classificações económicas;
 - Configurar as operações de tesouraria;
 - Efetuar equivalência das económicas das operações de tesouraria;
 - Estornos aos documentos de receita;
 - Validar que todas as operações de tesouraria estão identificadas no plano de contas;
 - Efetuar o encerramento de dias;



Validar saldo das contas 31 e 38 saldados;
Validar saldo da conta 81 saldada;
Validar saldo da receita por cobrar é igual aos documentos de receita por receber;
Validar se os saldos na siniger e tdiager não apresentam incoerências;
Validar se existem faturas sem compromisso;
Configuração do SISAL;
Reporte dos ficheiros de Junho a Novembro de 2019 dos Mapas - CPLC, BA, DDORC, DODES, DOREC, BLC, DR e DFC.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA DO MUNICIPIO:

Passamos agora, a descrever a situação financeira da autarquia em diversos aspectos importantes e fundamentais para uma boa gestão dos recursos financeiros do município:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita 30/11/2019

RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADADA	TX.REAL.	RECEBIDA	TX.REAL.
CORRENTE	8.002.429,19	7.212.355,58	90.13	6.774.833,39	84.66
CAPITAL	2.044.801,16	1.203.585,27	58.86	1.124.209,27	54.98
OUTRAS	183.595,96	183.271,96	99.82	183.271,96	99.82
TOTAL	10.230.826,31	8.599.212,81	84.05	8.082.314,62	79.00

Podemos verificar que o orçamento da receita apresenta um grau de execução em 30 de novembro de 2019 que já se cifra nos 79% A seguir este rumo a previsão da execução da receita prevê-se de 86,28% anual, prevendo-se assim que se cumpra com os 85% de execução exigida pela lei nas finanças locais

Despesa 30/11/2019

DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REAL.	PAGA	TX.REAL.
CORRENTES	7.385.704,24	7.299.940,08	98.84	6.185.301,71	83.75
CAPITAL	2.835.122,07	2.652.327,27	93.55	1.883.758,93	66.44
TOTAL	10.220.826,31	9.952.267,35	97.37	8.069.060,64	78.95

O orçamento da despesa apresenta um grau de execução de 78,95% a 30 de novembro de 2019, apresentando-se assim uma previsão anual de 86,16%

Regras orçamentais - Equilíbrio orçamental (art nº 40 da Lei nº 73/2012, de 3/9)

Nos termos do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o "Equilíbrio orçamental":

1 – Os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas



2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte

4-Para efeitos do disposto no nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo

Orçamento Inicial:

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Media	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Variação
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(4)-(1)
7 777 004,81 €	6 529 877,58 €	960 939,49	7 490 817,07 €	-286 187,74 €

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, na elaboração dos documentos previsionais para 2019, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, imposto no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3/9, com o superavit de 286187,74€

Despesas com pessoal a 30 de novembro de 2019:

Controlo efetuado pela DGAL:

Despesas com pessoal	Final período ano anterior 2018 (1)	Final período ano corrente 2019 (2)	Comparação (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	2.832.625,87	3.472.771,60	640.085,73

Como se pode verifica pelo quando anterior as despesas com pessoal apuradas a 30 de novembro de 2019, apresentam um aumento no montante de 640.085,73 € face ao período homologado do ano anterior Em análise pode-se verificar e mesmo afirmar que motivo que causa o incumprimento da regra do equilíbrio orçamental, é o aumento das despesas com pessoal

Pessoal ao Serviço – evolução

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018	30-11-2019
Pessoal	164	160	158	150	155	133	150	144	142	173	174
Serviço											

Referir que nos valores apresentados não está incluído os 3 membros do executivo, mas inclui os 4 membros de apoio ao Gabinete do Presidente e Vereadores



Prazo médio de pagamento (PMP):

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do nº 4 do Despacho nº 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR nº 71, 2ª série Parte C

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIIAL

	30-09-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-03-2017	30-06-2017	30-09-2017	31-12-2017	31-12-2018	31-03-2019	31-06-2019	30-09-2019
Prazo médio de pagamento - evolução	919 dias	86 dias	65 dias	100 dias	57 dias	11 dias	19 dias	3 dias	2 dias	1 dia	1 dia	1 dia	20 dias	18 dias	18 dias	15 dias

O prazo médio de pagamento em 30 de setembro de 2019 é de 15 dias, para os 10 dias previstos do PAM O que significa que estão ligeiramente acima do previsto

ENDIVIDAMENTO DO MUNICIPIO

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município, é apurado do seguinte modo:

1 - "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**"

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados, já que os mesmos são um serviço do Município Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos

1 LIMITES DA DÍVIDA TOTAL 2019 -

Receitas Correntes 2016	Receitas Correntes 2017	Receitas Correntes 2018	Total das Receitas Correntes (2016-2018)	Média (dos 3 anos)	Limite (2019) =1,5*media (dos 3 anos)
7 019 153,96	8 120 994,85	7 860 373,76	23 000 522,57	7 666 840,86	11 500 261,29

De notar que o limite apresentado é o global previsto no nº 1 do artº 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do nº 3 do artº 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro:

b) "() só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a **20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios**"



Divida Total da Autarquia

Apuramento da Divida Total do Município evolução:

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total Excluindo dívidas não Orçamentais e FAM	Valor em Excesso
	1	2	(3)=(2)-(1)
01/01/2019	11 500 261,29 €	17 011 212,19 €	5 510 950,91 €
30/11/2019	11 500 261,29 €	16 777 640,81 €	5 277 379,53 €
		2 Redução obrigatório 10%	551 095,09
		3 Redução verificada	-233 571,38
		Variação (1-2)	317 523,71

A 30 de novembro de 2019, verifica-se uma redução no montante de 233.571,38€

Como se pode verificar no quadro anterior o município para cumprir no ano de 2019 terá que efetuar uma redução do endividamento do Município, até ao limite previsto no nº 1 do artigo 52º da Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro, no montante de 551095,09 €

Para que se cumpra a redução dos 10% exigíveis na lei, é necessário efetuar redução de mais 317.523,71 €, sendo que durante o mês de novembro ainda se procede a amortização de MLP no montante de cerca de 92 mil euros Devendo o restante valor ser amortizado em dívida a fornecedores

Evolução da devida de médio e longo prazo:

Designação	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Novembro 2019
Empréstimos CMAF	19165732,57	19926737,84	19204011,06	18 619 262,44	17751665,11	17011212,19	16211152,83
Loações Financeiras	00	00	0	0	0	0	
Total	19166732,57	19926737,84	19204011,06	18 619 262,44	17751665,11	17011212,19	16211152,83

De referir que até a presente data já foi efectuada a amortização de MLP no montante de 800059,36€, comparando com o valor em dívida a 31/12/2018

Evolução das dívidas de Curto Prazo e FAM:

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Novembro 2019
Fornecedores, c/c	2227818,96	482064,20	513646,11	304694,07	0	0	0	496091,36
Outros credores	815004,28	770110,25	213138,91	478650,86	427 692,31	1 187,82	46 258,82	70 396,62
FAM e Operações de tesouraria						405193,36	242293,44	279 304,65
Total	3042823,24	1252174,45	726785,02	783344,93	427 692,31	406381,18	288552,26	845792,63



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Como se pode verificar pelo quadro anterior o curto prazo aumentou significativamente face a 31/12/2018 De referir que está incluído neste valor o montante de 279304,65€ referente ao FAM e operações não orçamentais, que não reflectem para a dívida total

Fundos disponíveis no mês de Dezembro

NATUREZA	FUNDOS DISPONÍVEIS							
	ANTERIOR	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	ACUMULADO
Transferências ou subsídios com origem OE	6 058 027,13 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	9 100 027,13 €
Receita efetiva própria	1 841 015,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 841 015,53 €
Receita extraordinária (a abater)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Previsão da receita efetiva própria	583 695,24 €	68 785,24 €	- €	- €	- €	- €	- €	652 480,48 €
Produto de empréstimos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos e Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Previsão de ativos e outros passivos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências do QREN	700 000,00 €	700 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correções por recebimento efetivo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Recebimentos em atraso integrados em plano	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Fundos Disponíveis-Subtotal - início	9 182 737,90 €	124 214,76 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	507 000,00 €	11 593 523,14 €
Comp. Assum. em Reportes Anteriores	11 344 312,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	11 344 312,39 €
Pagamentos em reportes anteriores	5 852 289,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 852 289,41 €
Fundos Disponíveis-início	- €	249 210,75 €	- €	- €	- €	- €	- €	249 210,75 €

Evolução Dívida Total e do índice da dívida:

Para que o município deixe de estar em dificuldades financeiras a Dívida total tem que ser igual ou inferior a 1,5* da média das receitas correntes dos últimos três anos

Calculo a 30 de novembro de 2019:

Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017			Ano de 2018 (dezembro)			Ano de 2019 (novembro)		
Índice	Índice	Índice	Índice	Media receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Media receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Media receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
4,160	3,740	3,270	2,773	6 947 086,00	17 752 853,00	2,555	7 410 088,60	17 011 212,00	2,296	7 666 840,86	16 777 640,81	2,188

Na evolução do índice de dívida total (média da receita corrente/dívida total) mostra uma evolução muito positiva do município de Alfândega passando de 4,16 em 2013 para 2,188 a 30 de novembro de 2019 o que significa uma diminuição sustentada da dívida total do município

Município de Alfândega da Fé, 18 de dezembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal

Eduardo Manuel Dobroes Tavares